

Enviado ao DJE em: 5.10.2020 DJE n.: 10.833 Disponibilizado em: 6.10.2020 Publicado em: 7.10.2020

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTICA **CONSELHO DA MAGISTRATURA**

PROVIMENTO N. 45/2020-CM DE 02 DE MAIO DE 2020.

Dispõe sobre a declaração de regime de exceção, teletrabalho e mediante acesso de magistrados colaboradores pelo PJe, na 3ª Vara Cível da Comarca de Cuiabá, na 4ª Vara Especializada de Fazenda Pública da Comarca de Cuiabá e no Juizado Especial da Comarca de Sinop, com início em 7 de outubro de 2020 e término em 6 de novembro de 2020.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA MAGISTRATURA DO ESTADO

DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e em observância à decisão prolatada nos autos do Pedido de Declaração de Regime de Exceção n. 16/2020, cadastrado no CIA sob o n. 0037728-97.2020.8.11.0000, em 05.10.2020,

RESOLVE, "ad referendum" do egrégio Conselho da Magistratura:

Art. 1º Declarar regime de exceção, via teletrabalho e mediante acesso de magistrados colaboradores pelo sistema PJe, na 3ª Vara Cível da Comarca de Cuiabá, na 4ª Vara Especializada de Fazenda Pública da Comarca de Cuiabá e no Juizado Especial da Comarca de Sinop, com início em 07 de outubro de 2020 e término em 06 de novembro de 2020, nos termos deste Provimento.

Art. 2º Fica designado o Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geralda Justiça, Dr. Emerson Luis Pereira Cajango, para atuar como juiz coordenador do regime de exceção - que contribuirá também como colaborador -, a quem fica incumbido a distribuição dos processos que serão despachados e sentenciados aos magistrados colaboradores e ao titular da referida unidade judiciária.

Art. 3º Os magistrados Eduardo Calmon de Almeida Cezar, Jean Garcia de Freitas Bezerra, Carlos Augusto Ferrari, Cristhiane Trombini Puia Baggio,



 Enviado ao DJE em:
 5.10.2020

 DJE n.:
 10.833

 Disponibilizado em:
 6.10.2020

 Publicado em:
 7.10.2020

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA CONSELHO DA MAGISTRATURA

Henriqueta Fernanda Chaves Alencar Ferreira Lima, Edna Ederli Coutinho e Paulo Marcio Soares de Carvalho, ficam convocados para atuarem como juízes colaboradores, sem prejuízo de suas funções em suas unidades judiciárias e em conjunto com os titulares daquelas incluídas no regime de exceção.

Art. 4º Ficam convocados servidores para auxiliarem nos trabalhos da força-tarefa, registrando que a indicação dessas pessoas ficará a cargo do Corregedor-Geral da Justiça, bem como a lavratura das respectivas portarias, dadas as particularidades das ações a serem desenvolvidas e a flutuabilidade da necessidade de mão de obra.

Art. 5º Este Provimento entra em vigor na data de 7 de outubro de 2020.

(assinado digitalmente)

Desembargador CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA